

Transcendência,
Homem e Mundo

TEXTOS DE REFERÊNCIA

Transcendência, Homem e Mundo

Helio Jaguaribe



Academia
da Latinidade

Rio de Janeiro, 2002

© Helio Jaguaribe

Publicado por

Educam — *Editora Universitária Candido Mendes*

Rua 1º de Março, 101, Sala 26, Centro

Cep 20010-010 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil

cmendes@candidomendes.edu.br

Coordenação Editorial

Hamilton Magalhães Neto

Revisão

Luiz Carlos Palhares

Capa

Paulo Verardo

Editoração Eletrônica

Textos & Formas Ltda.

(21) 2516-7997

I – Introdução

Transcendência

Segundo José Ferrater Mora, em seu clássico *Diccionario de Filosofia*, transcendência se refere ao ultrapassamento de um ser por si mesmo. Para Aristóteles e os escolásticos, impunha-se a distinção entre *actio immanens*, que permanece no próprio sujeito, e *actio transiens*, que ultrapassa o sujeito e se exerce sobre algo mais. Santo Agostinho definia a transcendência como o que faz de sorte a que um ser, permanecendo como é, saia de si mesmo.

O fenômeno da transcendência é usualmente relacionado com a liberdade humana e com o transcendente absoluto, Deus. A transcendência, no entanto, é um fenômeno ou processo de ordem geral. É algo que se verifica quando, em determinadas circunstâncias, implicando, entre outros aspectos, um equilíbrio homeostático de fatores causais, a orientação de um processo supera o patamar de seus fatores condicionantes, alçando-se a um patamar de maior complexidade, numa série que se ultima pela substituição dos fatores condicionantes por um projeto motivador.

Transcendência é a conversão de um processo em projeto, tanto conscientemente, como em termos puramente

objetivos. Quando conscientemente, lidamos com a transcendência como liberdade humana. Quando de forma puramente objetiva, lidamos com um fenômeno macroimamente próprio a todos os processos vitais, que constitui o fenômeno da transimanência. Trata-se do processo que leva, em determinadas condições, determinadas moléculas a se converterem em células, determinadas células em organismos, determinados organismos em vegetais e animais e finalmente no homem.

Divindade

Desde os primórdios do *Homo sapiens*, formou-se uma crença em espíritos dotados de poderes que habitavam a realidade circundante, maléficos uns, benéficos outros. O homem paleolítico se exercitava em buscar os favores dos espíritos benéficos e exorcizar, magicamente, os malévolos.

No trânsito do paleolítico ao neolítico, processou-se uma concentração dos principais espíritos benéficos, gerando deusas da fertilidade e outras divindades. Com o advento das civilizações, formaram-se os panteões divinos, que, na civilização helênica, conduziram, entre outros estratos de divindades, ao círculo dos deuses olímpicos, tendo Zeus por centro.

O trânsito das religiões politeístas para as monoteístas se caracterizou pela desimanentização da divindade, que adquiriu, com o judaísmo de Moisés, o cristianismo e o maometismo, a característica de absoluta transcendência.

As religiões monoteístas criaram o conceito de um ser divino único, eterno, absoluto, onipotente, omnisciente, mi-

sericordioso mas justiceiro, criador do céu e da terra, dos anjos e dos homens. A transcendência humana, na perspectiva das religiões monoteístas, tornou-se o processo de elevação do espírito do homem à procura de Deus.

Para as culturas politeístas, a existência dos deuses não era objeto de questionamento. Filósofos como provavelmente Sócrates e, seguramente, Platão e Aristóteles relegaram os deuses tradicionais para o plano mítico e assumiram uma concepção metafísica do divino, como o Supremo Bem, ou a Causa Primeira. Foi no âmbito da civilização ocidental cristã que se formou a exigência de uma comprovação racional da existência de Deus. Característica do cristianismo medieval foi a convicção de que a verdade teológica deveria, necessariamente, corresponder à verdade racional. Daí advieram os diversos intentos de provar, racionalmente, a existência de Deus.

Sem dar mais amplo desenvolvimento a essa questão, mencione-se, apenas, o fato de que os intentos de provar, racionalmente, a existência de Deus seguiram duas vias, a das provas *a priori*, de Santo Anselmo a Descartes, e as provas *a posteriori*, de Santo Tomás e dos escolásticos.

Os argumentos de Santo Anselmo consistiam em constatar que, se temos de Deus a idéia de que é o mais perfeito e o maior dos seres possíveis, então Deus necessariamente existe, porque, se não existisse, faltaria à nossa idéia de Deus a perfeição da existência e da supremacia, o que com ela não seria analiticamente compatível.

A validade da comprovação *a priori* da existência de Deus foi negada por Santo Tomás, que admitiu, para tal, a necessidade de provas *a posteriori*. Hume e, mais tarde,

Kant, com sua diferenciação entre juízos analíticos e juízos sintéticos, mostraram como somente estes são aplicáveis à constatação da existência de algo, enquanto os analíticos se limitam a evidenciar atributos contidos no seu objeto.

Em substituição aos argumentos *a priori*, Santo Tomás formulou cinco argumentos *a posteriori* para provar a existência de Deus. Dois, de caráter apodítico, têm fundamento no princípio da razoabilidade. De caráter apodítico são os argumentos baseados na necessidade de uma causa primeira, para se compreender os encadeamentos causais do mundo. São, também, o da necessidade de se admitir um fator necessário e absoluto, para se compreender o encadeamento das contingências do mundo. Os argumentos fundados no princípio da razoabilidade são os que se apóiam na constatação de que o mundo está ordenado finalisticamente, o que pressupõe um ordenador divino. São os que, levando em conta a ordem moral, dela deduzem a necessidade de um legislador divino. São, finalmente, as múltiplas experiências da presença do divino nos milagres e na contemplação mística de Deus.

Tive a oportunidade, em um trabalho denominado “Transcendência e Mundo, na Virada do Século”, publicado em meu livro *Brasil, Homem e Mundo – Reflexão na Virada do Século* (Rio, Topbooks, 2000), de discutir amplamente a questão da existência de Deus. Remetendo os interessados a esse estudo, limitar-me-ei, presentemente, a assinalar o fato de que os argumentos apodíticos de Santo Tomás repousam na presunção de que o mundo foi criado por um ato deliberado, prévio ao mundo e transcendente do mundo, somente possível por obra de Deus. A cosmologia contemporânea,

entretanto, a partir de George Gamow (1904-1968), introduziu, com a convincente comprovação empírica da radiação primordial, a explicação de que o mundo resultou, há cerca de 15 bilhões de anos, do ora famoso *big bang*. Esse processo conduz a uma expansão do universo até um momento de equilíbrio entre a força expansiva e a gravidade, em virtude do qual se processa uma reconcentração do universo que conduz a uma nova explosão, num processo infinito no curso do qual a entropia da fase expansiva é compensada pela desentropia da fase concentradora. Subseqüentemente, a cosmologia quântica introduziu com Hawking e outros o conceito de um processo de conversão, a partir das radiações do “falso vácuo”, de partículas virtuais em partículas reais, ocasionando, depois de uma vertiginosa fase de “inflação”, o *big bang* de Gamow, e gerando um ou vários universos, que se renova ou renovam a partir de novo “falso vácuo”.

II – Transimanência

Aspecto Geral

Como foi precedentemente mencionado, o processo de transcendência, em termos puramente objetivos, constitui o fenômeno de transimanência, característico da vida. Trata-se do processo mediante o qual, há cerca de 3 bilhões de anos, no oceano e na atmosfera primitivos, em determinadas condições, determinadas moléculas se converteram em células heterotróficas, que se converteram em autotróficas, num longo encadeamento evolutivo que conduziu às plantas, aos animais e ao homem. Esse processo continua aberto,

sobre o longo prazo, embora, nas atuais condições, os condicionamentos decorrentes do meio ambiente se tenham tornado menos importantes do que os derivados do progresso tecnológico.

Os estudos sobre o processo evolutivo, iniciados por Lamarque e Darwin, receberam, em nossos dias, uma brilhante formulação atualizada na obra *Le Hasard et la Nécessité* (1970), de Jacques Monod (1910-1976). A esse estudo foram dirigidas as usuais impugnações de autores que persistem numa visão teleológica do mundo, com a improcedência característica dessa posição. Mais sérias, todavia, são as críticas de caráter estatístico-matemático que lhe foram feitas. Segundo tais críticas, as estimativas estatístico-matemáticas mais razoáveis para que se processe, mediante combinações aleatórias, a conversão de moléculas em células heterotróficas, estas, em células autotróficas, e desse estágio se passe aos vários subseqüentes, importariam num prazo muito superior aos 3 bilhões de anos que se admitem como sendo o do início da vida.

Não disponho de condições para avaliar a procedência dos mais longos prazos invocados por tais críticas. Importa assinalar, entretanto, que essas críticas não levam em conta o fenômeno da transimanência. Trata-se de um fenômeno empiricamente observável, não apenas paleontologicamente, mas também em mutações operadas em laboratório. Em virtude do mesmo, as combinações aleatórias primordiais que conduziriam à formação de células heterotróficas se tornaram muito menos aleatórias a partir desse estágio, o que levou a um encurtamento dos intervalos evolutivos, conforme se alçava o patamar do processo.

É interessante observar que a lenta conversão do processo de transcendência puramente objetiva, como se observa no curso do processo evolutivo, em uma transcendência subjetiva, relacionada com a formação de um projeto motivador, tal como se verifica no exercício gratuito da liberdade humana, manifesta estágios prévios no mundo animal. São manifestações de transcendência subjetiva, nesse mundo animal, os casos observados de cães que seguem o falecido dono até sua sepultura e lá permanecem, longamente ou até morrer. Mais impressionante ainda, por se tratar de uma ave, é o caso observado por Darwin de um pássaro cego que era alimentado por seus companheiros de bando.

Transcendência do Homem

É nesse primata superior, o homem, que a transcendência subjetiva, já detectável no mundo animal, atinge suas formas mais altas. É a partir dessa constatação que o homem merece, mais do que a caracterização específica de animal racional — que ele compartilha, embora em nível superior, com outros animais —, a caracterização de animal transcendente. As formas primárias de transcendência, observáveis no mundo animal, como precedentemente se mencionou, atingem no homem um nível tão mais elevado e complexo que, somente neste, cabe falar-se de uma efetiva transcendência subjetiva.

A observação sincrônica e diacrônica da transcendência humana conduz, independentemente de crenças religiosas, à constatação de que, quer Deus exista, como postulam as religiões monoteístas, quer não exista, ou seja mesmo impos-

sível, como pessoalmente me parece decorrer do saber moderno, a transcendência humana conduz todos os homens, por mais banais e vis que sejam, e alguns homens, em nível excepcional, à capacidade de praticar atos que superaram, e eventualmente contrariaram, seus instintos e seus interesses egocêntricos. Um cristão ou um muçulmano diriam que a transcendência humana consiste em querer ou fazer o que Deus manda. Eu me permitiria dizer que a transcendência humana consiste, nas suas manifestações mais altas, em querer ou fazer algo que conduz à produção do divino pelo homem.

O conceito de divino comporta dupla acepção. Divino é um atributo do que Deus seja ou faça. Por outro lado, divino é a qualidade do ato ou da obra que manifeste as mais altas expressões de excelência humana. Beatrice e Laura são mulheres divinas na ótica de Dante e de Petrarca. A *Divina Comédia*, ou os *Sonetos a Madonna Laura*, obras divinas daqueles dois grandes poetas. Divinos Camões, Shakespeare e Goethe. Divinos são a *Crítica da Razão Pura*, a *Fenomenologia* e as *Lições de Filosofia da História*, de Hegel, o *Concerto em Ré Menor N. 20 KV 466*, ou o *Réquiem*, de Mozart, quase todas as obras de Beethoven, o *Nascimento de Vênus*, de Botticelli, os afrescos da Capela Sixtina e muitas outras obras do gênio humano. Mas divinos, igualmente, a equânime racionalidade de Péricles, o indomável ímpeto e a *homonoia* de Alexandre, a lúcida audácia de César, a inesgotável caridade de São Francisco ou de Madre Teresa, a bondade ecumênica de João XXIII.

O divino humano é a prática ou a construção, a partir desse supremo atributo de *Homo sapiens*, que é a liberdade

racional, de atos e obras que superem as circunstâncias no âmbito das quais emergem e se configurem como paradigmas da excelência humana. Deus poderá não existir. O divino, esse atributo supremo da transcendência humana, tem existido e continuará a existir enquanto o homem preservar sua liberdade racional e a exercer no seu mais alto nível.

Descartabilidade e Neo-Humanismo

Creio seria oportuno concluir estas reflexões sobre a transcendência, em suas modalidades objetiva e subjetiva, com algumas breves considerações sobre a condição do homem na intransitivamente consumista contemporânea sociedade tecnológica de massas.

A recente evolução da sociedade ocidental e a crescente e acelerada universalização desse modelo geraram uma intransitivamente consumista sociedade tecnológica de massas. A contemporânea sociedade de massas, como observou Karl Jaspers, converteu a tecnologia em sua segunda natureza e dela depende, sem se dar conta do que seja, da mesma forma como o homem antigo dependia de seu contorno natural sem conhecer biologia ou física.

A contemporânea sociedade tecnológica de massas, que se veio formando, gradualmente, no transcurso da revolução industrial e adquiriu suas características atuais com a revolução tecnológica da segunda metade do século XX, se tornou uma sociedade intransitivamente consumista. Ao homem medieval, que aspirava ser um bom cristão, ao homem renascentista, que visava maximizar sua *virtù* e se sobrepor à *fortuna*, ao homem ilustrado do século XVIII, ao *honnête*

homme do século XIX, seguiu-se o homem-massa da segunda metade do século XX. O homem-massa é, por um lado, o funcionário de um sistema produtivo ou administrativo no qual ocupa posições que, da cúpula à base, de presidente da República ou de grande empresa a soldado ou operário, se vêm caracterizando, cada vez mais, por sua descartabilidade. Não existem mais, para o sistema, pessoas individualizadas. Existem funções a serem desempenhadas. Esses funcionários são peças de um sistema destituídos de personalidade própria e, como tal, descartáveis. Descartável é o presidente de turno, como o sentinela de turno ou o obreiro de turno. O que existe são funções.

Esse homem descartável, que não tem projeto próprio no seu contexto social, se tornou, ao mesmo tempo, um consumidor intransitivo. É o propósito de dispor de condições, ainda que mínimas, de consumo que o impele a exercer as funções a que tenha acesso, a despeito de sua pessoal descartabilidade. Diversos regímenes de aposentadoria, públicos ou privados, proporcionam nos países modernos, ao homem, independentemente de sua descartabilidade, condições de sustentar seu consumismo enquanto viver. Viver para quê? Para consumir.

O problema com que se defronta o consumista intransitivo contemporâneo, ademais de sua descartabilidade — a que esquemas de aposentadoria tendem a proporcionar um mínimo de proteção —, é o fato de que tal consumismo não preenche satisfatoriamente as grandes demandas humanas. O consumismo intransitivo confere aos que dele participem um estado semelhante ao que se poderia designar de uma embriaguez não-privativa dos sentidos. O consumista in-

transitivo se movimenta no mundo, executa suas funções, vale-se dos benefícios de sua aposentadoria, mas não preenche o vazio profundo de sua vida. Não se trata, apenas, do fato de que tal consumismo se esvanece ante as situações trágicas que necessariamente visitam a vida. Trata-se, também e sobretudo, do fato de que a vida, como tal, perde qualquer sentido, perda essa a que a embriaguez do consumismo dá apenas insatisfatória e superficial compensação. Daí a crescente demanda pelas modalidades profundas de embriaguez que são as proporcionadas pelas drogas.

Que tenderá a ocorrer com o consumismo intransitivo da sociedade tecnológica de massa? A experiência histórica nos indica, por um lado, que o consumismo contemporâneo não é a primeira e única manifestação de tal tendência. A História exhibe diversos períodos de extensivo consumismo, desde o Primeiro Período Intermediário, no Egito Antigo, de 2200 a 2050 a.C., à crise da sociedade babilônica, depois de Nabucodonosor II (604-562 a.C.), ou à crise da sociedade romana no século III a.D. Por outro lado, a História mostra, igualmente, que um generalizado consumismo intransitivo não perdura indefinidamente. Como indicou Sorokin, em *Social and Cultural Dynamics* (1957), os períodos hipersensitivos tendem a conduzir uma sociedade ou bem a seu aniquilamento — como no caso da Babilônia sob Nabônidas (555-539 a.C.) — ou a uma nova fase idealista ou ideacional. A decadente cultura babilônica foi absorvida pelo logos helênico. A romana, pelo cristianismo.

O consumismo intransitivo da sociedade tecnológica de massas manifesta crescentes sinais de insustentabilidade. Insustentabilidade exógena, na medida em que o consumis-

mo euro-americano não é extensível para as grandes massas do Terceiro Mundo. Insustentabilidade endógena, na medida em que crescentes manifestações de irresponsabilidade e delinqüência — desde as que estão afetando grandes empresas americanas até o nível da criminalidade comum, que conduz um adulto americano, aos 30 anos, a estar no cárcere — evidenciam a erosão da sustentabilidade de tal sociedade.

Dar-se-á, como supõe Sorokin, que a crise do consumismo intransitivo contemporâneo conduzirá a uma nova cultura religiosa? Há indícios de nova religiosidade, no mundo contemporâneo, que não se expressa, todavia, no Ocidente, por um ressurgimento das formas superiores do cristianismo. Neste, a nova religiosidade se manifesta pela expansão de seitas primárias, como a dos evangélicos, que se caracterizam por um psicologismo de massas destituído de fundamentos racionais. Distintamente, no mundo islâmico progridem os fundamentalismos e, mais moderadamente, modalidades racionais de um neomaometismo.

Levando em conta a experiência histórica e diversas características do mundo contemporâneo, o que parece mais provável, à semelhança do que ocorreu no século IV a.D. romano, é a emergência de uma elite de poder que não se deixe dominar pelo puro consumismo e, bem assim, a eclosão de um novo humanismo, de caráter social e ecológico, como se faz sentir nos movimentos “verdes” e em outras manifestações, particularmente da juventude.

A Civilização Planetária, que está em formação e dá indícios de que venha a se configurar, gradualmente, a partir da segunda metade do século que ora se inicia, tenderá a tra-

zer características das diversas civilizações que confluem para sua formação. Tendo por núcleo a Civilização Ocidental Tardia, incorporará importantes elementos das civilizações chinesa, islâmica e indiana, bem como das culturas africanas e indígenas. Essa civilização exigirá a formação de uma nova ética, que terá de ser compatível, por um lado, com o progresso da tecnologia e com a preservação da biosfera e, por outro, com valores superiores que restaurem o sentido da vida humana e atendam à inerente transcendência do homem. Mais provável do que a reemergência de formas superiores do monoteísmo parece ser a eclosão de um novo humanismo, social e ecológico, que torne possível a coexistência pacífica de múltiplas sociedades, num planeta que tenderá, na segunda metade do século, a ter 12 bilhões de habitantes e que ou se suicidará nuclearmente ou terá de constituir uma *Pax Universalis* baseada num sistema mundial minimamente satisfatório para a grande maioria dos homens.